



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 149, DE 2007
(nº 666/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39, § 1º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o art. 46, § 1º, do Anexo ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

Os méritos do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the President of the Republic, is written over the date line.

EM Nº 00244 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G- MRE/APES

Brasília, 31 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, § 1º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, bem como no art. 46, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e curriculum vitae do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA

CPF.: 24501743700

ID.: 2181558– IFP/RJ

- 1950 Filho do Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ
- 1973 Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito Cândido Mendes/RJ
- 1976 Terceiro Secretário em 12 de janeiro
- 1976 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente

- 1976 Embaixada em Trípoli, Terceiro Secretário
- 1979 Segundo Secretário, por antigüidade, em 2 de março
- 1979 Consulado Geral em Nova York, Segundo Secretário
- 1982 Embaixada na Guatemala, Encarregado de Negócios
- 1982 CAD - IRBr
- 1982 Embaixada em Assunção, Segundo e Primeiro Secretário
- 1984 Ordem do Rio-Branco, Oficial
- 1984 Primeiro Secretário, por merecimento, em 29 de junho
- 1987 Divisão de Política Financeira, Chefe, substituto
- 1988 Embaixada em Islamabad, Encarregado de Negócios
- 1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
- 1990 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
- 1993 Embaixada em Praga, Conselheiro
- 1997 Divisão da Europa I, Chefe
- 1997 Departamento da Europa, Diretor-Geral, substituto
- 2000 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 2003 CAE - IRBr, Combate ao Terrorismo: a evolução do tratamento multilateral e os reflexos para o Brasil
- 2003 134ª Assembléia do Bureau International des Expositions, Paris, Chefe da Delegação
- 2004 Embaixada em Trípoli, Encarregado de Negócios
- 2004 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe
- 2004 135ª Assembléia do Bureau International des Expositions, Paris, Chefe da Delegação
- 2004 Ministro de Segunda Classe por merecimento
- 2004 Embaixada em Dili, Embaixador
- 2007 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MOÇAMBIQUE

CAPITAL:	MAPUTO
ÁREA:	801.590 km ²
POPULAÇÃO:	19,591 milhões de habitantes (2005)
IDIOMA:	Português, língua oficial. Outras línguas: Emakhuwa (26,1%), Xichangana (11,3%), Elomwe (7,6%), Cisena (6,8%), Echuwabo (5,8%), outras (32%)-Censo de 1997
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Crenças tradicionais 50,4%, cristianismo 38,4% (católicos 15,8%), protestantes 8,9%, outros 13,8%, islamismo 10,5%, outras 0,7%, ateísmo 0,1% (2000)
SISTEMA POLÍTICO:	República. Território dividido administrativamente em 10 províncias e 1 Cidade (Maputo). Democracia pluripartidária.
CHEFE DE ESTADO:	Armando Emílio Guebuza, Presidente da República
CHEFE DE GOVERNO:	Luísa Dias Diogo, Primeira-Ministra
CHANCELER:	Alcinda António de Abreu
PIB (2006):	US\$ 7,2 bilhões (estimativa EIU)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 356 (nominal – estimativa EIU)
UNIDADE MONETÁRIA:	Metical
EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE NO BRASIL:	Murade Isaac Murargy
EMBAIXADORA DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE:	Lcda Lucia Camargo

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Armando Emílio Guebuza

Tem 62 anos de idade, é um empresário de sucesso, e muito embora as suas raízes familiares estejam no sul de Moçambique, nasceu na Província de Nampula, no norte do país. Armando Guebuza é visto como a mão forte que a FRELIMO e o país necessitam numa altura em que a corrupção desenfreada preocupa cada vez mais. Pertence à primeira geração da FRELIMO, juntou-se à então Frente de Libertação de Moçambique em 1963, apenas um ano depois da sua fundação. Como Ministro da Administração Interna em 1974, após a assinatura dos Acordos de Lusaka, que levaram à Independência, Armando Guebuza é recordado como a face à frente da controversa decisão “vinte , vinte e quatro”, pela qual cidadãos portugueses, descontentes com a independência, foram instados a deixar o país em vinte e quatro horas com, no máximo vinte quilos. Nos anos 1980, voltou ao Ministério do Interior e em princípios da década de 1990 liderou a delegação do Governo nas negociações de paz de Roma. Foi chefe da bancada da FRELIMO nas duas primeiras legislaturas até 2002 quando foi eleito secretário geral da FRELIMO e, de acordo com os estatutos do partido, candidato à sucessão de Joaquim Chissano na Presidência da República. Foi eleito Presidente da República de Moçambique nas eleições presidenciais de 1 e 2 de dezembro de 2004. É casado com Maria da Luz Guebuza e tem 4 filhos.

Primeira-Ministra Luísa Dias Diogo

Luísa Dias Diogo foi reconduzida ao cargo de Primeira-Ministra, pelo Presidente Armando Guebuza. Nasceu em 11 de abril de 1958, no Distrito de Mágoè, na província central de Tete. É a terceira dos oito filhos de Luis João Diogo, enfermeiro aposentado, e Laura Atanásia Dias, doméstica. Casada com António Albano Silva, tem 3 filhos: Nelson, João Nuno e Laura Solange. Fala Cinhunguê, Português e Inglês.

Fez o ensino primário na Escola D. Maria, Tete, até 1970, e o básico na Escola Comercial de Tete em 1974. Passando para a cidade de Maputo, completou no Instituto Comercial, o Curso de perito de Contabilidade em 1979. Ingressou, em 1983, na Universidade Eduardo Mondlane, onde cursou Economia. Em 1992, concluiu, a distância, o Curso de mestrado em Economia Financeira pela Universidade de Londres.

Trabalhou no Ministério das Finanças desde 1980, tendo sido admitida como técnica, do Departamento dos Setores Económicos e de Investimento. Em 1986, foi designada Chefe do Departamento do Orçamento do Ministério das Finanças, sendo responsável pelo Orçamento Nacional de Investimento e de Funcionamento.

De 1993 a 1994, trabalhou no Banco Mundial em Moçambique, tendo substituído várias vezes o Representante do Banco Mundial no país. É membro do Conselho de Administração da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e elaborou o primeiro Orçamento publicado após a independência em 1991.

Chanceler Alcinda António de Abreu

A Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Alcinda António Abreu, nasceu em 13 de outubro de 1953, na cidade de Búzi, Província de Sofala. É formada em psicologia-pedagogia, tendo concluído o curso em 1993. Tem dois filhos e é viúva. O marido faleceu no acidente aéreo que vitimou Samora Machel.

Alcinda Abreu trabalhou como arquivista durante o período 1973-74 e em 1974, exerceu a função de tradutora (fala inglês e francês). Ainda em 1974, tornou-se membro do Destacamento Femenino do Exército; trabalhou no Ministério da Defesa como secretária, no período 1975-77, e frequentou a Escola Central da

FRELIMO. É membro da FRELIMO desde a juventude, onde ocupa até hoje cargos no Comitê Central e na Comissão Política, tendo sido deputada da Assembléia Popular de 1977 a 1993.

Foi também Secretária-Geral Adjunta e membro do Conselho Central da Organização dos Continuadores (entidade dedicada à proteção e amparo de crianças). Foi Presidente da Organização não Governamental MULEIDE (Mulher-Lei-Desenvolvimento).

Ocupou o cargo de Ministra da Coordenação da Ação Social de 1994 a 96. Integrou, ainda, a Comissão Nacional de Eleições no período 1996-2000 (presidida pelo Professor Jamisse Taimo, atual Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais), sendo responsável pela comissão de relações internas e exteriores da CNE.

Alcinda Abreu foi Chefe do Gabinete Central da FRELIMO para a campanha eleitoral de Armando Guebuza (ou seja, coordenou toda campanha do partido e do Presidente). É consultora sobre assuntos do gênero da SADC e foi eleita deputada nas eleições de 1º e 2 de dezembro de 2004. Acaba de ser reeleita para o Comitê Central da Frelimo, durante o IX Congresso do partido, realizado de 10 a 14.11.06.

POLÍTICA INTERNA

Moçambique é hoje um país com democracia estável, onde a democratização, iniciada com as primeiras eleições multipartidárias em 1994, seguiu-se ao curto período de pacificação que começou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, que colocou fim a 16 anos de guerra civil entre a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) e o Governo de Moçambique, conduzido pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique).

O fato de que o Acordo Geral de Paz foi implementado sem quaisquer mortes resultantes de possíveis desentendimentos entre os signatários granjeou enorme prestígio internacional a Moçambique, o qual foi consolidado com a realização das primeiras, segundas e terceiras eleições gerais multipartidárias (1994, 1999 e 2004), de forma regular e democrática, sem recorrência a violência e armas para solucionar as disputas que surgiram entre eles.

A institucionalização da Assembléia da República como principal órgão legislativo, e órgão de reconciliação nacional, a existência de uma abertura crescente para o exercício da liberdade de expressão e de imprensa, liberdade religiosa, liberdade de associação, o livre movimento de pessoas e bens, além do satisfatório desempenho econômico do Executivo têm elevado, nos últimos 10 anos, a boa reputação de Moçambique como um dos poucos casos de sucesso a serem emulados na África.

Armando Guebuza foi eleito Presidente nas eleições gerais de dezembro de 2004, o terceiro desde a independência do País em 25 de junho de 1975, seguindo-se à morte em acidente aéreo de Samora Machel em outubro de 1986 e a decisão de Joaquim Chissano de não se candidatar a um terceiro mandato (possível então pela Constituição, que foi emendada). Trata-se da primeira vez que um presidente moçambicano – bem como presidente da Frelimo – toma posse com seu predecessor ainda vivo. Chissano assegurou seu lugar na história ao solucionar o problema da guerra através do diálogo, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, e promover as reformas políticas e econômicas que conduziram o País ao sistema multipartidário e à economia de mercado. Contudo, o longo período de Chissano no poder (18 anos) criou uma certa imobilidade política e social nas instituições, o que levou Guebuza a comprometer-se, como prioridade da sua Administração, a combater “o espírito do deixa-andar, do burocratismo e da corrupção”.

Guebuza ascendeu ao poder com a agenda de recuperar a credibilidade política que a Frelimo, sob o comando de Chissano, estava perdendo entre o público, bem como assegurar mudanças rápidas e radicais na forma como o Estado provê os serviços públicos aos cidadãos, combater a corrupção e a ineficiência da máquina estatal. O atual Presidente consolidou seu poder ao ter seus aliados eleitos para o Comitê Central e a Comissão Política da Frelimo, completando a transição da era Chissano, o que lhe dará maior força para completar seu programa de reformas.

ECONOMIA

Moçambique tem economia dinâmica, mas ainda depende, em boa medida, de doações externas. Entre 1998 e 1999, o crescimento do PIB alcançou a taxa média anual de crescimento foi 10%. Entre 2000 e 2005, a taxa média anual foi de 7,7%, atingindo o pico de 13% em 2001. Em 2006, economia manteve o ritmo elevado de crescimento dos anos anteriores, com estimativa de taxa de variação real do PIB de 8,5%, graças ao desempenho positivo dos setores agrícola, de construção e de transportes e comunicações. A inflação média anual de 13,2%, em 2006, superou a verificada em dezembro de 2005 (11,2%). Quanto ao câmbio, verificou-se, em 2006, relativa estabilidade, com depreciação média do metical em relação ao dólar americano de 5,7%, em 2006, em dezembro, comparada à taxa acumulada média de depreciação de 27,3%, em 2005.

No quadro da África Sub-Saariana, Moçambique dispõe de economia relativamente diversificada. Serviços e indústria, relacionada ao processamento de minérios, compõem a maior parte do PIB (US\$ 7,2 bilhões, em 2006), seguidos de agricultura, pesca e produtos florestais (26,5% do PIB em 2005). Os setores mais dinâmicos da agricultura moçambicana estão relacionados às culturas de exportação: castanha de caju, tabaco, cana-de-açúcar e algodão, beneficiadas por investimentos estrangeiros. O setor canavieiro tem crescido significativamente, após a privatização das empresas estatais do setor, adquiridas por grupos da África do Sul e das Ilhas Maurício.

O crescimento nos setores de mineração e energia é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de energia elétrica da África Austral (12.500 MW), ao passo que o consumo atinge meros 350 MW – o excedente é vendido para a África do Sul. A principal hidrelétrica do país, Cahora Bassa (2.075 MW), localiza-se na bacia do rio Zambeze, onde também está prevista a construção de Mphanda Nkwua (1.350 MW). Há reservas de gás natural, nos

campos de Temane e Pande (província de Inhambane, sul do País), exploradas desde 2004 pela sul-africana Sasol. O ramo mais expressivo do setor industrial está vinculado à mineração, em especial, à produção de alumínio.

Constatou-se redução do déficit da balança comercial de bens do país da ordem de 55%, de US\$ 497 milhões, em 2005, para US\$ 225,3 milhões, em dezembro de 2006, devida, principalmente, à alta do preço do alumínio no mercado internacional e ao aumento do volume exportado de energia elétrica. O valor das exportações de açúcar quase duplicou, com o acréscimo de 10 mil toneladas e o aumento do preço internacional. Os principais destinos das exportações moçambicanas em 2006 foram: Países Baixos (60%), África do Sul (16,2%), Zimbábue (2,6%), Suíça (2,3%) e Portugal (2,2%).

O valor das importações em 2006 (US\$ 2,6 bilhões) foi superior em 18% ao observado em 2005 (US\$ 2,2 bilhões). As importações de matérias-primas e bens intermediários cresceram 26%, destacando-se a importação de combustíveis, com um incremento de 33%. As principais origens das importações moçambicanas em 2006 foram: África do Sul (41,4%), Países Baixos (15,1%), Portugal (3%), Emirados Árabes Unidos (3%) e Índia (2,8%).

O nível do endividamento externo reduziu-se em 2006 (US\$ 3,3 bilhões, contra US\$ 4,6 bilhões em 2005), efeito da Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI), que proporcionou o cancelamento total da dívida de Moçambique com o FMI, com o BIRD e com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Entre 2001 e 2005, o país foi beneficiado pela iniciativa para o alívio da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados, lançada pelo FMI e pelo Banco Mundial. O Brasil e muitos outros países também cancelaram, total ou parcialmente, as dívidas bilaterais de Moçambique. Em maio de 2007, o Governo moçambicano assinou acordo com a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), vinculada ao Banco Mundial, a fim de saldar dívidas comerciais com Brasil (US\$ 154 milhões), Índia, Sérvia e República Tcheca. Em consequência dessas iniciativas, atualmente, Moçambique não é mais classificado como País Pobre Altamente Endividado (HIPC).

POLÍTICA EXTERNA

Dentre os objetivos da política externa moçambicana, tem tido maior peso na atuação da sua diplomacia o esforço de estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação do Programa do Governo em prol do desenvolvimento sustentável e equilibrado do País e erradicação da pobreza. É a ele que devem ser referidas as mais importantes iniciativas em política externa, voltadas para a promoção de investimentos e o acesso dos produtos moçambicanos ao mercado regional e internacional, além de transferência de tecnologia, capacitação e formação especializada de quadros.

Portanto, tendo definido a erradicação da pobreza como objetivo prioritário, Moçambique envia esforços para promover a integração regional no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). O país ocupa posição importante na SADC, cujo atual Secretário-Executivo é o moçambicano Tomás Salomão. Presença assídua nas reuniões da SADC, o Presidente Guebuza tem manifestado inequívoco apoio ao programa de integração. Nesse sentido, defende o cronograma da SADC, que prevê o estabelecimento da Área de Livre Comércio, em

2008, da União Aduaneira, em 2010, além do Mercado Comum (2015), União Monetária (2016) e Moeda Única (2018). O engajamento ativo do Chefe de Estado indica o alto grau de importância atribuído à integração regional no âmbito da política externa moçambicana, como forma de o país promover seu próprio desenvolvimento e projetar sua imagem internacional.

O país está em linha com as recomendações contidas no Plano Estratégico da União Africana, que recomenda aos Estados-Membros usar a NEPAD como guia para o estabelecimento de relações com as potências emergentes. Moçambique tem sempre apoiado firmemente a NEPAD, cujo Diretor-Geral é o moçambicano Firmino Mucavel. Em diversas oportunidades, o Presidente Guebuza tem reafirmado apoio integral à filosofia da NEPAD, de que a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento do Continente incumbe, prioritariamente, aos próprios países africanos.

Além de todos esses esforços para reforçar a SADC, Moçambique tem-se empenhado também em promover a integração através do estreitamento das relações bilaterais com os países vizinhos, pela adoção de medidas tendentes a promover a livre circulação de bens e pessoas através das fronteiras (acordos de supressão de vistos) e outras iniciativas, como a realização de visitas presidenciais, encontros de Cúpula e outros contatos de alto nível.

A atuação externa de Moçambique beneficia-se do reconhecimento da comunidade internacional. A estabilidade política e normalidade democrática conquistadas pelo País credenciaram-no como ator acreditado na política internacional, com papel relevante a desempenhar no continente africano, graças a sua experiência em reconstrução pós-conflito e construção de consenso. No âmbito regional, o apoio prestado à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e pelo fim do *apartheid* na África do Sul também confere prestígio a Moçambique.

A diplomacia moçambicana desempenha papel ativo na solução de conflitos no continente. Na última fase da guerra civil em Angola, apoiou discretamente o diálogo entre as partes. Em 2003, o Presidente Chissano utilizou de sua influência para que tentativas de golpe em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau não se concretizassem. O ex-Presidente é liderança atuante nas questões africanas, ocupou cargos diretivos na UA e na SADC. Em 2005, foi indicado enviado especial do SGNU para a Guiné-Bissau. Desde dezembro de 2006, é enviado especial do SGNU para o Norte de Uganda, com a missão de obter uma solução política para o conflito entre o Governo do País e o Lord's Resistance Army. Atualmente, Moçambique tem contribuído com soldados e observadores para missões da Organização na África em RDC, Sudão e Burundi.

Acordos recentes de cooperação militar firmados por Moçambique com China (abril de 2007) e com Estados Unidos (maio de 2007) atestam o reconhecimento internacional do papel desempenhado pelo país na resolução de conflitos no continente. O Acordo com a China dá continuidade à tradicional cooperação militar entre os dois países e prevê assistência no valor de US\$ 1,5 milhão (doação de veículos leves, computadores e uniformes) para incrementar a capacidade logística das Forças Armadas de Moçambique para enfrentar desastres naturais. O Acordo com os EUA almeja reforçar a capacidade de Moçambique de ampliar sua participação nos processos de paz em curso na África.

Moçambique é membro da Nações Unidas, da União Africana (UA), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Movimento Não-Alinhado. Em 1995, aderiu à Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth), o único país que não foi parte do Império Britânico a fazê-lo. É membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Moçambique mantêm relações diplomáticas desde 15 de novembro de 1975, ano da independência do país africano. Em janeiro de 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília. A estabilidade política, a consolidação da democracia e os avanços econômicos do país criaram condições favoráveis para o aprofundamento das relações bilaterais. A partir de 2000, teve início uma série de visitas de alto nível, responsáveis pela intensificação do relacionamento entre Brasil e Moçambique.

Cumprir destacar o impulso conferido ao relacionamento político pela visita do Presidente Lula a Moçambique, em novembro de 2003, ocasião na qual foram assinados onze instrumentos de cooperação técnica, nas áreas de educação, saúde, esportes, agropecuária, administração pública, meio ambiente, mapeamento, geologia e mineração. Destaca-se o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos anti-retrovirais genéricos. O Presidente Joaquim Chissano retribuiu com visita oficial ao Brasil em agosto de 2004, evento em que se destacou a assinatura de acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões, relativa a créditos comerciais concedidos no âmbito do PROEX.

Também dignos de nota foram a participação de delegação brasileira, chefiada pelo Senhor Vice-Presidente da República, nas cerimônias de posse do Presidente Armando Guebuza, em fevereiro de 2005; a visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em março de 2005; e o estabelecimento de Adidância das Forças Armadas, residente, junto à Embaixada em Maputo, em julho de 2005.

O Acordo Geral de Cooperação de 1981 estabeleceu uma Comissão Mista Permanente para a Cooperação Econômica, Técnica e Científica (Comista). A quarta edição da Comista Brasil-Moçambique, ocorrida em Maputo, em 6 de julho de 2007, permitiu definir novas áreas de interesse para cooperação e passar em revista a implementação dos projetos já em andamento. Estão sendo executados projetos em educação (Alfabetização Solidária e Bolsa-Escola), saúde (combate ao HIV/AIDS) e geologia (Mapa Geoambiental da Região Metropolitana de Maputo). Em 2007, foi entregue oficialmente o Estudo de Viabilidade Técnico-econômica da Fábrica de Anti-retrovirais e Outros Medicamentos, que se insere no esforço bilateral para habilitar Moçambique a produzir anti-retrovirais para atender à demanda provocada pela pandemia da AIDS. No âmbito do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva", está previsto o envio de equipamentos e matéria-prima para implantação de fábrica de bolas em Moçambique. Em negociação, há ainda sete projetos nas áreas de turismo, saúde, agricultura, biocombustíveis, habitação popular, microcrédito e transportes urbanos.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

A presença mais significativa do Brasil no cenário econômico de Moçambique teve início com a vitória da Companhia Vale do Rio Doce, em 2004, no concurso internacional para exploração do complexo carbonífero de Moatize. O Governo moçambicano aprovou, em 26 de junho de 2007, o Contrato Mineiro e o Contrato de Investimentos da CVRD e, segundo o documento, Moatize deverá começar a operar a partir de 2010. A Vale se comprometeu a investir US\$ 1,5 bilhão, dos quais US\$ 170 milhões serão de capital próprio; o restante levantado no mercado de capitais. A companhia irá aplicar US\$ 135 milhões na formação técnica do pessoal e US\$ 35 milhões na área social.

Outra iniciativa importante na área econômica bilateral diz respeito à possibilidade, em breve, de aquisição pela Vale, em parceria com grupo moçambicano, de 35% do capital da Hidrelétrica de Cahora Bassa (HCB), cuja maioria do capital acionário passou às mãos do Estado moçambicano em 2006. A presença econômica brasileira também foi reforçada com a instalação, em 2006, de escritórios em Maputo das empresas Camargo Corrêa e Odebrecht. A primeira já assinou Memorando de Entendimento com empresa local e a estatal de energia (Eletricidade de Moçambique-EDM) para apresentar proposta conjunta referente à construção da Hidrelétrica de Mphanda Nkuwa ao Governo moçambicano.

Ainda no setor de energia, cabe mencionar o interesse da Petrobras em investir em Moçambique. A empresa já tem participação de 17% em bloco explorado pela malásia Petronas no Delta do Zambeze, e assinou Memorando de Entendimento com a estatal Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique (ENH) para apresentar, em breve, proposta conjunta de negociação direta de blocos com o Governo, sem licitação internacional. A empresa brasileira manifestou ao Governo moçambicano, igualmente, disposição em cooperar na área de biodiesel e recebeu, ainda, solicitação da estatal distribuidora de combustíveis Petromoc para a construção de refinaria de petróleo. A Petrobras está estudando a possibilidade de abrir escritório em Maputo.

O intercâmbio entre os dois países tem-se mostrado inconstante ao longo dos últimos anos. Em 2002, o intercâmbio atingiu US\$ 28,5 milhões, diminuindo no ano seguinte e voltando à faixa dos vinte milhões em 2004. Apesar de superavitárias para o Brasil, as relações comerciais com Moçambique estão longe de seu potencial. O potencial para as exportações brasileiras é expressivo, uma vez que Moçambique praticamente importa tudo o que consome, e os produtos brasileiros são muito apreciados.

O Brasil representou, em 2005, 1,1% do total de importações moçambicanas. Em 2006, a pauta de exportações do Brasil concentrou-se em partes e derivados de frango, cereais (milho em grão) e tratores e semi-reboques. Em 2006, o Brasil importou de Moçambique principalmente tabaco (94,6% das exportações moçambicanas). Em 2005, não houve importações brasileiras do produto. As importações de obras diversas de madeira representaram em torno de 2,5% da pauta exportadora moçambicana para o Brasil em 2005 e 2006.

ANEXOS

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ MIL - FOB)

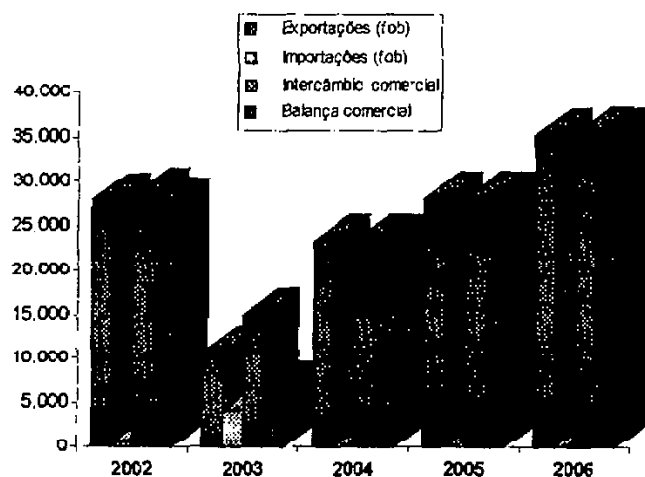
Ano	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A - B)	Intercâmbio Comercial (A+B)
2001	2.743	960	1.783	3.703
2002	27.976	583	27.392	28.560
2003	10.792	4.152	6.640	14.945
2004	23.310	14	23.296	23.324
2005	28.245	20	28.225	28.265
2006	35.212	16	35.196	35.228

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Intercâmbio Brasil - Moçambique	2004	2005	2006
Principais produtos (US\$ mil - fob)			
<u>Exportações brasileiras</u>			
Carnes e miudezas, comestíveis	5.419 (23,2%)	10.495 (37,2%)	9.764 (27,7%)
Cereais (milho em grão)	0	459 (1,6%)	4.300 (12,2%)
Veículos automóveis (tratores e reboques)	1.197 (5,1%)	3.211 (11,4%)	4.192 (11,9%)
Obras de ferro fundido, ferro, aço	1.124 (4,8%)	1.533 (5,4%)	3.058 (8,7 %)
Móveis de madeira	1.633 (7%)	1.781 (6,3%)	2.889 (8,2%)
<u>Importações para o Brasil</u>			
Fumo (tabaco)	0	0	15,1 (94,6%)
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	0	0,5 (2,6%)	0,4 (2,5%)

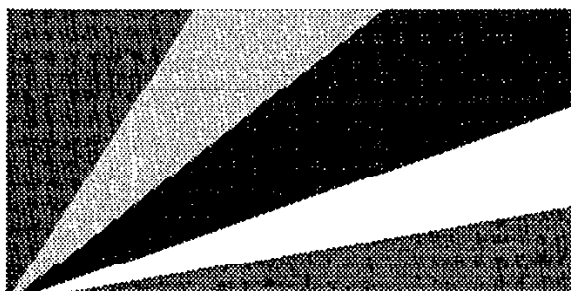
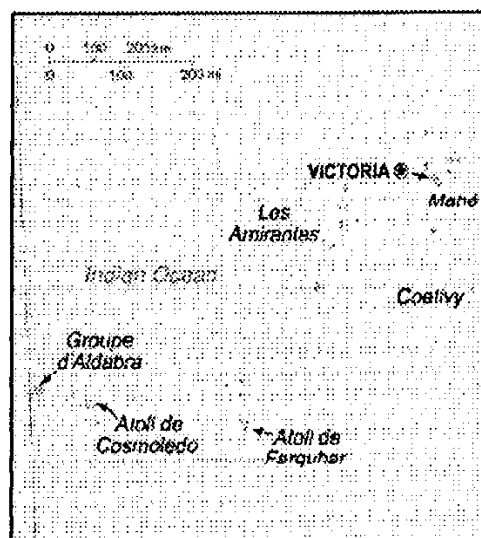
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Intercâmbio Comercial Brasil - Moçambique de 2002 a 2006



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

SEICHELES



Nome Oficial

República de Seicheles

A República de Seicheles, na costa Oriental da África, compõe-se de 115 ilhas, sendo Mahé a maior delas. Durante os séculos XVIII e XIX, ingleses e franceses alternaram-se no domínio das ilhas, que, junto com as Ilhas Maurício, representavam importante ponto de apoio logístico para as rotas marítimas em direção à Ásia. Em 1976, Seicheles tornou-se independente, e desde então participa como membro pleno da *Commonwealth*.

Presidente

James Alix Michel

Nasceu em Vitória em 18/8/1944. Em 1974, torna-se membro do Comitê Executivo do *Seychelles People's United Party* (SPUP) e, até 1977, é também o editor do jornal do partido (*The People*). Entre 1977 e 79, assume o

Ministério da Administração e da Informação e, entre 1979 e 89, a pasta da Educação, Informação, Cultura & Telecomunicações. Vem atuando como Ministro da Fazenda, do Planejamento, da Tecnologia da Informação e Telecomunicações desde 1989 (entre 1993 e 96, também acumulou a pasta da Defesa). Em 1996, foi indicado como o primeiro Vice-Presidente do país, cargo para o qual foi eleito em 1998. Com a renúncia de René Albert em abril de 2004, assumiu a Presidência, cargo para o qual foi reeleito em agosto de 2006, para mandato de 5 anos.

Chanceler Patrick Pillay

Patrick Pillay assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros em 12/2/2005 em substituição a Jérémie Bonnelame. Anteriormente, ocupara o Ministério da Saúde desde setembro de 2001.

POLÍTICA INTERNA

Durante Congresso Extraordinário da Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), em 4.12.1991, o Presidente Francis Albert René anunciou o retorno ao sistema multipartidário de governo após quase 16 anos de regime de partido único. Em 27.12.1991, a Constituição do país foi emendada para permitir o registro de partidos políticos. James Mancham retorna do exílio em abril de 1992 para recriar seu Partido Democrata, o DP. Oito partidos políticos registraram-se na primeira fase do processo de transição, as eleições para a Comissão Constituinte, realizadas entre 23 e 26.7.1992. O texto foi aprovado em 7.5.1993 e referendado pelo voto popular, entre 15 e 18 de junho daquele ano, com 73,9% de votos favoráveis.

Entre 23 e 26.7.1993, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição, que resultaram em indiscutível vitória do Presidente René. Os resultados eleitorais foram considerados "free and fair" pelos partidos participantes e pelos observadores internacionais. Três candidatos disputaram as eleições presidenciais de março de 1998 - Albert René, pelo SPPF; James Mancham, pelo DP; e Wavel Ramkalawan - com nova vitória do Presidente René por larga margem. Sua votação, inclusive, subiu dos 59,5% recebidos em 1993 para 66,6% em 1998, com o SPPF obtendo 61,7% dos votos para a Assembléia Nacional (contra 56,5% em 1993).

As eleições presidenciais previstas para 2003 foram antecipadas para agosto-setembro de 2001, com nova vitória do SPPF. Não obstante, o

principal partido de oposição, o Partido Nacional de Seicheles (SNP) – antigo UO, liderado por Wavel Ramkalawan – demonstrou força e obteve 46% dos votos. O Presidente Albert René, que governava o país desde 1977, decidiu renunciar em abril de 2004, quando foi substituído por seu Vice-Presidente James Michel. René continua, contudo, como líder do SPPF. Michel foi reeleito em julho de 2006 para novo mandato de 5 anos, com mais de 53% dos votos, novamente vencendo Ramkalawan, por pequena margem.

O principal acontecimento do primeiro semestre de 2007 foi a dissolução da Assembleia Nacional pelo Presidente James Michel, em 20 de março, e a convocação de eleições para os dias 10, 11 e 12 de maio. O anúncio foi feito em seu discurso sobre o Estado da Nação e significou a antecipação de cinco meses no cronograma eleitoral. Desde a votação da nova Lei de Imprensa, em outubro de 2006, que proibiu partidos políticos e organizações religiosas de serem proprietários de estações de rádio e televisão, os 11 deputados da oposição (a Assembleia possui 34 membros) deixaram de frequentar as sessões. Segundo comunicado oficial de imprensa, Michel gostaria de ver uma atitude mais construtiva da oposição e não de boicote ao processo político democrático. Segundo ele, a oposição deveria ser "a force which proposes and progresses and is not merely engaged in confrontation. (...)".

POLÍTICA EXTERNA

São os seguintes os principais objetivos da política externa de Seicheles: ser um formador de consenso ativo, mas não intrusivo no cenário internacional; desempenhar papel construtivo no âmbito das Nações Unidas, particularmente no que se refere ao processo de reformas da organização; reforçar os laços regionais, especialmente com os países da Comissão do Oceano Índico, COMESA e SADC; fortalecer o relacionamento com os parceiros tradicionais, bem assim com as potências emergentes; consolidar e expandir a imagem do país como destino turístico único e seguro; estabelecer a posição de Seicheles como líder na defesa do meio ambiente; promover e desenvolver o arquipélago como um "hub" regional em relação aos serviços de transportes e comunicações; e criar clima favorável para investimentos em favor do desenvolvimento do país.

O Presidente James Michel, falando a um grupo de cônsules-honorários em Seicheles, acrescentou dois pontos a esses objetivos: ênfase no relacionamento com os países do Índico; e apoio renovado aos organismos internacionais que reconheçam as especificidades dos "small island

developing states” (SIDS). Registre-se, a propósito, que por ocasião da Cúpula do Milênio e da abertura da 60ª Sessão da AGNU, o Presidente Michel manteve ativa atuação em defesa dos SIDS. Segundo o último relatório do PNUD sobre desenvolvimento humano, Seicheles é o país africano de melhor desempenho, em 51º lugar, à frente de Maurício (65º).

Cabe registrar a visita a Vitória de Hu Jintao, nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2007, última escala de sua turnê por oito países da África. Foi a primeira visita de um Chefe de Estado chinês a Seicheles, onde o país tem representação residente. Na ocasião, foram assinados 5 acordos nas áreas de promoção e proteção de investimentos, turismo, pesca, exploração de petróleo e construção de infra-estrutura. Este último inclui o financiamento para a construção da nova sede da Assembléia Nacional e de uma escola primária em Au Cap. Em termos financeiros, os acordos representam contribuição de quase US\$ 45 milhões aos diversos projetos, além de US\$ 1,5 milhões para o fundo de estabilização do balanço de pagamentos de Seicheles.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República de Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar-es-Salaam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. Em setembro de 1987, o Embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais junto ao Governo de Vitória. Com o fechamento temporário da Embaixada na capital da Tanzânia (reaberta em 2005), transferiu-se para a Embaixada em Maputo a cumulatividade com Seicheles.

As relações com o Brasil são cordiais, mas pouco intensas. Estão sendo negociados dois acordos, um na área de educação, cujo texto foi submetido ao governo de Seicheles em fins de agosto, com as alterações propostas pelo MEC, e outro para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal (este recentemente descartado pela Secretaria da Receita Federal). Após o tsunami de dezembro de 2004, a Embaixadora em Maputo, Leda Lúcia Camargo, realizou visita de solidariedade ao país. Nos foros internacionais, Seicheles abraça as mesmas posições brasileiras em matéria de redução da pobreza e da desigualdade, de um comércio internacional mais justo e do desenvolvimento sustentável.

COMÉRCIO BILATERAL

As relações comerciais com Seicheles são inexpressivas, cabendo destacar apenas alguma movimentação na área do turismo. Haveria mercado

no arquipélago para produtos brasileiros de material de construção, cilindros para gás (GLP), suprimentos para a indústria do turismo e aviões regionais.

Entre 2002 e 2005, o comércio bilateral foi insignificante, nunca ultrapassando os US\$ 750 mil anuais. Em setembro passado, entretanto, quando o país adquiriu uma aeronave da EMBRAER, o resultado da balança de 2006 elevou-se a pouco mais de US\$ 24 milhões.

BALANÇA COMERCIAL

Intercâmbio Comercial (USD mil f.o.b.)	2002	2003	2004	2005	2006 (setembro)
Exportações brasileiras	426	392	297	745	24.109
Importações brasileiras	1	6	6	1	91
Saldo	425	386	291	744	24.018
Total do comércio	427	398	303	746	24.200

MADAGASCAR

CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.040 km ²
POPULAÇÃO:	18.040.341 (UN, 2005)
IDIOMA:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais (animistas) , cristianismo e islamismo
SISTEMA POLÍTICO:	Republicano
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO ELEITOS:	Presidente Marc Ravalomanana Primeiro-Ministro Charles Rabemananjara
CHANCELER:	General Marcel Ranjeva
PIB (2005):	US\$ 5,033 bilhões (nominal) US\$ 16,228 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2005):	US\$ 281,76 (nominal) US\$ 908,45 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL:	Embaixador em Washington
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS:	Leda Lúcia Camargo

PERFIS BIOGRÁFICOS**Presidente Marc Ravalomanana**

Nasceu em 12.12.1949 em Imerikasinina, vila a oeste de Antananarivo, onde cresceu junto com seus sete irmãos. Marc Ravalomanana é um exemplo de “self-made man”. Em poucos anos, transformou uma pequena empresa familiar de processamento de iogurtes no maior grupo empresarial privado do país, o TIKO Group, que presidiu até chegar à presidência. Concentrado no agronegócio, especialmente no setor de laticínios e óleo comestível, tornou-se um dos homens mais ricos de Madagascar. Entrou para a política em 1999, quando se candidatou à Prefeitura de Antananarivo e venceu por larga margem. Durante sua gestão, obteve melhorias sensíveis nas áreas de saneamento básico e saúde pública, que o tornaram muito popular entre a população da capital. Em pleito conturbado, foi eleito Presidente em dezembro de 2001, mas tomou posse apenas em 6.5.2002. É candidato à reeleição nas eleições previstas para 3.12.2007. Casado com Lalao Rakotonirainy, com quem teve uma filha e três filhos.

Primeiro-Ministro Charles Rabemananjara**Chanceler - *General RANJEVA RAZANAKOMBANA Marcel***

Nascido em 15 de janeiro de 1944 em Antananarivo. Casado com Michèle RAIAONERA, Doutora em Cirurgia e Diretora-Adjunta do Setor de Saúde da “Peace Corps”, organismo governamental americano. Tem 2 filhos. Foi nomeado Ministro das Forças Armadas em 6 de junho de 1996, tendo permanecido até 8 de março de 2002 na função. Em 14 de maio, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Jacques Sylla, tendo sido reconduzido ao cargo em 29 de janeiro de 2007, no Governo Charles Rabemananjara. Graduou-se em Ciências Políticas/Relações Internacionais em PARIS I – Sorbonne e seguiu estudos na Escola Especial Militar de Saint-Cyr Coëtquidan, Escola de Aplicação de Infantaria em Montpellier, Escola de Estado-Maior da França, Escola Superior de Guerra e Curso Superior do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (França). Chefe do Estado-Maior Particular do Presidente da República de 1995 a 1996. Membro da Juventude Católica de 1960 a 1964.

POLÍTICA INTERNA

Em dezembro de 2001, concorreram às eleições gerais o Presidente Didier Ratsiraka (que já havia governado de 1975 a 1993 e voltara a fazê-lo de 1997 até então) e o o Prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana, do TIM (*Tiako-i-Madagasikara – Eu Amo Madagascar*). O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Seguiu-se crise política, em que os partidários de Ratsiraka bloquearam a estrada que ligava Toamasina, principal porto do país, à capital, principal bastião de Ravalomanana. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o Prefeito da capital como vencedor. Explosões esporádicas de violência e uma considerável desorganização da atividade econômica continuaram até julho de 2002, quando Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional (França e os EUA acabaram reconhecendo o Governo do candidato do TIM), fugiram do país e exilaram-se na França. Além das diferenças políticas, questões étnicas desempenharam papel importante na crise e continuam a influenciar a política até hoje. Ratsiraka pertence à etnia *Betsimisaraka* e Ravalomanana é *Merina*.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. As eleições legislativas de dezembro de 2002 deram a seu partido a maioria absoluta na Assembléia Nacional. As eleições municipais de novembro de 2003 foram consideradas livres, novamente com ampla vitória do partido governista, mas também com a eleição de um número significativo de candidatos independentes ou de oposição regional. Passada a crise, o Presidente decidiu substituir os governadores provinciais com a nomeação de PDE (Presidentes das Delegações Especiais). A legislação que se seguiu estabeleceu uma estrutura de 22 regiões para descentralizar a administração. Em setembro de 2004, o Governo nomeou 22 Chefes Regionais, que se reportam diretamente ao Presidente, para a implementação dos planos de descentralização.

Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno em 3 de dezembro de 2006 para novo mandato de 5 anos, o que representou a continuidade parcial do seu projeto político. Ravalomanana manteve apenas 7 dos vinte Ministros, entre os quais o Chanceler Ranjeva. Os 13 novos titulares são todos técnicos de sua confiança. A Corte Constitucional rejeitou 19 pedidos de impugnação do pleito e confirmou o resultado em 23.12.06. Ravalomanana anunciou uma agenda imediata para os primeiros cem dias de mandato, baseada em tripé, que envolveu abertura política (centrada em estratégia de desconcentração e descentralização do setor público), na aceleração da implantação do Plano de Ação de Madagascar (MAP, que necessitará que os doadores quadrupliquem a ajuda econômica hoje prestada) e na adoção de medidas para estimular o crescimento econômico. Com uma oposição extremamente dividida, a campanha ocorreu em clima de relativa tranquilidade. Em 17 de novembro, o General da reserva Randrianafidisoa (Fidy), por não ter conseguido registrar sua candidatura junto à Comissão Eleitoral, invadiu uma base militar próxima do aeroporto da capital, de onde incitou seus companheiros de armas a tomar o poder e instaurar uma junta militar de transição para a montagem de governo de conciliação nacional e a convocação de assembléia constituinte. A revolta foi controlada, e as eleições ocorreram sem novos incidentes. Estão previstas para 2007 eleições provinciais e para o Senado.

No primeiro semestre de 2007, foi concluída a reforma constitucional. O Comitê Preparatório dos textos da revisão submeteu ao Presidente duas versões: uma com a supressão do Senado e outra sem esse dispositivo. As principais alterações no texto foram: o aumento dos poderes do Chefe de Estado (o direito de legislar por meio de medidas provisórias em caso de "urgência" ou de "catástrofe" e o de exercer maior controle sobre o Judiciário, por passar a presidir o Conselho Superior da Magistratura); a supressão das seis províncias autônomas; a retirada dos princípios da laicidade do Estado, do humanismo e da ecologia do preâmbulo da Carta; a inclusão do inglês como língua oficial; a modificação do direito de greve para incluir o

princípio da continuidade do serviço público e das necessidades fundamentais e de segurança nacional; a exigência, para a aceitação de candidatura presidencial, de que o indivíduo possua a nacionalidade malgache, por parte de pai e mãe, e de que esteja morando no país pelo menos seis meses antes da apresentação oficial da candidatura ("emenda Ratsiraka"); a ausência dos parlamentares nas sessões legislativas passarão a ser punidas com o não-pagamento dos "jetons"; a redução do mandato dos senadores para 5 anos; e a perda da imunidade dos parlamentares em matéria criminal. A reforma foi submetida a referendo em 4 de abril e aprovada por 75% dos votos válidos. Cabe ressaltar, contudo, que a participação do eleitorado foi baixa (43,72%), afetada também pelas fortes chuvas que caíram na maior parte do país no dia da votação. A maioria dos partidos da oposição boicotou o referendo. A nova Carta foi sancionada pelo Presidente Marc Ravalomanana em 27 de abril. Depois do referendo, ocorreram manifestações de rua em cinco das ex-províncias autônomas, a saber, Toamasna, Toliara, Fianarantsoa, Antsiranna e Mahajanga. Os protestos foram contra a centralização excessiva de poderes na capital, o que poderia deixar os interesses das províncias costeiras ainda mais relegados a segundo plano.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o Governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular hajam limitado suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Atualmente, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos - Maurício, Reunião, Seicheles e Comoros, e é bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, têm sido intensas desde a independência.

A política externa do Presidente Marc Ravalomanana busca reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país é um dos maiores recipiendários da "Millenium Challenge Account"). Procura, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se, oficialmente, o 14º membro pleno da SADC.

Cabe ressaltar a participação do Presidente Ravalomanana na Cúpula Sino-Africana em novembro de 2006, em Pequim, segunda viagem à China desde a sua posse. Antes disso, o Vice-Ministro do Comércio Chen Jian visitou Madagascar e assinou acordos para a doação de 3,5 milhões de uniformes escolares e o fornecimento de um "scanner" para o controle de "containers" no maior porto do país, Toamasina, além de ajuda econômica para programas sociais no valor de 8 milhões de yuans (pouco mais de um milhão de dólares). Para tentar contrabalançar a crescente presença chinesa no país, o Governo japonês anunciou que sua ajuda econômica atingiria US\$ 32 milhões em 2006, devendo aumentar nos próximos anos e incluir incentivos ao incremento de inversões japonesas, especialmente nos setores têxtil e de turismo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Madagascar apresenta boas possibilidades de intensificação de suas relações com o Brasil. Em março de 2006, o Ministro da Agricultura, Harison Randriarimanana, visitou o complexo sucro-alcooleiro de Ribeirão Preto, a convite do Governo brasileiro. O Presidente Ravalomanana tem demonstrado interesse, desde 2005, em estreitar os vínculos com o Brasil, em especial na área do desenvolvimento econômico, incluindo agroindústria (complexos soja e sucro-alcooleiro e biodiesel), mineração e petróleo. A Petrobrás deu indicações de interessar-se na pesquisa de petróleo em Madagascar.

Haveria espaço para as contrutoras brasileiras no país, em particular no programa de recuperação da malha viária (que vem recebendo recursos vultosos de diversos doadores) e na construção de hidroelétricas. Cabe salientar, ainda, que, em janeiro de 2005, o Senador Marcelo Crivella, então Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, realizou visita de trabalho a Antananarivo para, entre outras coisas, tentar reverter a decisão do Governo daquele país de fechar os templos da Igreja Universal do Reino de Deus em Madagascar.

Quando da apresentação de credenciais da Embaixadora Leda Lucia Camargo ao Presidente malgache em maio de 2006, foi apresentado texto de acordo de cooperação na área educacional, único em negociação no momento.

COMÉRCIO BILATERAL

A balança comercial, totalmente favorável ao Brasil, mudou de patamar em 2004, quando passou da média anterior de US\$ 7 milhões anuais para US\$ 12 milhões, valor mantido em 2005. Em 2006, contudo, a corrente de comércio não passou de US\$ 3 milhões até setembro. Em 2005, o açúcar respondeu por 78% das exportações brasileiras, com o restante subdividido entre 79 outros produtos. Essa tendência foi mantida em 2006. Por sua vez, a baunilha foi o produto mais importado pelo Brasil (91% das importações em 2005). Em 2006, óleos e essências vegetais para o setor de perfumaria responderam por mais de 90% das importações brasileiras.

BALANÇA COMERCIAL

Intercâmbio comercial (USD mil f.o.b.)	2002	2003	2004	2005	2006 (setembro)
Exportações brasileiras	3.289	7.358	12.514	12.573	3.030
Importações brasileiras	278	171	212	143	128
Saldo	3.011	7.187	12.302	12.430	2.902
Total do comércio	3.567	7.528	12.726	25.003	3.158

SUAZILÂNDIA

CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.363 km ²
POPULAÇÃO:	1.173.900 (est. 2005)
IDIOMA:	Inglês e Kisiwati
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo e religiões tradicionais (animistas)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO ELEITA:	Rei Mswati III (desde 25.04.1986) Primeiro-Ministro Absalom Themba Dlamini (desde 14.11.2003)
CHANCELER:	The Hon. Mabili Dlamini
PIB (2004): (dados do FMI)	US\$ 2,546 bilhões (nominal) US\$ 5, 716 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2004):	US\$ 2.336,34 (nominal) US\$ 5.245,38 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Emalangeni
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL:	Não há
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS:	Leda Lucia Camargo

PERFIS BIOGRÁFICOS**Rei Mswati III**

Nascido **Makhosetive** (“Rei das Nações”) em 19.04.1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosiikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25.04.1986, com a idade de 18 anos e 6 dias, o mais jovem monarca do mundo. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos. Possui 13 esposas e duas noivas.

Primeiro Ministro Absalom Themba Dlamini

Nascido em 01.12.1950, Dlamini foi indicado Primeiro Ministro em 14.11.2003 pelo Rei Mswati III. Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Nairóbi, era desde 1991 CEO e Diretor-Gerente da “Tibiyo TakaNgwane”, agência estatal destinada a promover o desenvolvimento e os investimentos no país e, ao mesmo tempo, de preservar os valores e a herança cultural tradicionais. Trabalhou também em posições de gerência no Fundo de Previdência Estatal (SNPF), no Banco Central e na Companhia Suázi de Desenvolvimento Industrial (SIDC), além de ter sido membro do Conselho Diretor de diversas estatais, inclusive da estatal do açúcar (SNSC).

Chanceler Moses Mathendele Dlamini

Moses Mathendele Dlamini assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Suazilândia em 23.02.2006. Antes disso, havia sido Embaixador em Taipé e Presidente do Senado.

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, banizou as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe

de Estado. Em 1982, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A especial situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia nacional – a RAS é responsável por 4/5 das importações e 3/4 das exportações suazi – fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

O país ostenta um desemprego acima de 40%, perda de receita com as exportações de açúcar e têxteis e a mais alta taxa de prevalência de HIV no mundo. Em 2006, a Suazilândia teve o segundo pior crescimento econômico de toda a África (1,2%), superado apenas pelo Zimbábue. A previsão do Governo era de um crescimento de 2,8%. A colheita de grãos foi considerada a pior da história e mais de 25% da população vêm recebendo comida do Programa Mundial de Alimentos.

Após longo processo de negociação, foi promulgada, em 2005, a nova Constituição do país. A oposição entende que o direito à livre associação e à liberdade de expressão estão consagrados na nova carta magna e começou a organizar comícios e passeatas, pensando nas eleições parlamentares de 2008. Essa percepção é corroborada por facções leais à monarquia, como a organização cultural Sive Siyinqaba (“A Nação é uma fortaleza”), formada em 1996 por parlamentares, membros do governo e da família real, para defender a cultura suazi, mas que foi relançada como partido político em cerimônia de gala em Mbabane. O Primeiro-Ministro Themba Dlamini, em declaração recente, afirmou, contudo, que os partidos políticos continuam banidos.

A implementação da nova constituição continua a dominar as atenções da classe política. O Primeiro-Ministro Themba Dlamini, em seu relatório de final de ano, afirmou a seus colegas de Gabinete que considerava que 90% dos novos dispositivos criados pela Constituição já estavam implementados ou em fase final de implementação. Deu como exemplo a maior independência atribuída ao Banco Central e à Unidade de Combate à Corrupção e a criação da Comissão de Direitos Humanos, além das reformas em andamento para a modernização da Corte Suprema.

A oposição escolheu o 11 de abril, 34º aniversário da criação da monarquia absoluta por Sobhuza II em 1973, para protestar contra a falta de democracia no país. Exige que os partidos políticos sejam legalizados, segundo permite a nova Constituição. Apoiada pela central sindical sul-africana COSATU, manifestações ocorreram nos cinco postos de fronteira do país com a RAS.

O cenário macroeconômico continua recessivo. O déficit primário já atinge 4,5% do PIB e pode chegar a 5% em 2007, caso as medidas de reforma fiscal e o programa de privatizações não avancem. As reservas em moeda forte encontram-se no nível mais baixo da década: US\$ 216 milhões, equivalente a apenas 5 semanas de importação. A produção estimada de açúcar para 2006/2007 (632 mil ton) deve ficar 3,2% abaixo da safra anterior. Não obstante, com o financiamento de Taiwan, o país deverá adaptar-se às exigências da União Européia para restabelecer a exportação de carne bovina para aquele mercado. Outro fator que pode auxiliar no balanço de pagamentos é a entrada em funcionamento da hidrelétrica de Maguga, no início de 2007, diminuindo a dependência do país, que importa quase a totalidade da energia que consome da África do Sul.

POLÍTICA EXTERNA

Embora formalmente sustente posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia tem ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan. Daí resulta a simpatia que o Estado suazi desfrutou junto às potências capitalistas, que muito assistiram financeiramente aos

programas de segurança e desenvolvimento do país, visto como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional então em curso na África Austral.

No âmbito continental, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, uma de suas prioridades no cenário austral africano) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-*apartheid* na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região. Similar percepção por Pretória incentivou maior aproximação com Mbabane, em que pesassem as tensões geradas pela proteção que as autoridades suázi davam aos membros do Congresso Nacional Africano, que atravessavam as fronteiras para escapar de eventual perseguição das forças do regime aparteista. A África do Sul, após a eleição de Mandela, manteve o bom relacionamento com o país. As relações diplomáticas bilaterais foram oficializadas em 1993. Essas relações passam por momento de tensão, entretanto, com impasse nas negociações do Acordo para evitar a bitributação e para a renovação do Acordo de Açúcar e com o adiamento sine die da Comissão Mista de Cooperação com a África do Sul. Outro fator de irritação no relacionamento bilateral tem sido as alegações de que a Suazilândia, em violação às normas da SACU, estaria emplacando centenas de veículos importados de Dubai a preços subfaturados e que são vendidos a cidadãos sul-africanos não-residentes.

A Suazilândia manteve laços cordiais também com Moçambique, mesmo durante os quase 15 anos de regime marxista-leninista. Em sua última visita de Estado ao país, o monarca cumpriu ampla programação de visitas, que incluíram projetos sócio-econômicos em Cabo Delgado e o Porto de Maputo (principal via de escoamento do açúcar e dos cítricos exportados pela Suazilândia). Na ocasião, foi assinado o Acordo para a Supressão Mútua de Vistos, para quem permanecer menos de trinta dias no país vizinho, e que entrou em vigor em outubro de 2005.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. A última visita de autoridade suázi ao Brasil ocorreu em setembro de 1993, ocasião em que o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. No regresso de sua participação na 60ª AGNU, o avião que conduzia o rei Mswati III fez escala em Fortaleza. O Rei se dispôs a visitar o Brasil em setembro de 2006, mas a visita acabou não se concretizando.

Existem possibilidades de cooperação nas áreas de mineração de carvão, turismo e na produção de etanol. Nessa área, a "Royal Swazi Sugar Corporation" anunciou que pretende aumentar sua capacidade de produção de 14 milhões para 32 milhões de litros até 2007. Para tanto, investirá US\$ 21 milhões na melhoria das destilarias existentes e na construção de uma nova unidade, encomendada à empresa sul-africana Logichem. Anunciou, ainda, que havia encomendado do Brasil dois automóveis movidos a álcool para testes. Além disso, o país vem recebendo investimentos da empresa britânica "D1 Oils" na área de biodiesel. A referida empresa iniciou o plantio de *jatropha* em área prevista de 53 mil ha. Estima-se que em três anos já estaria pronta a unidade de processamento e refino do óleo, que permitiria ao país ter uma indústria sustentável de biodiesel. Empresários brasileiros estiveram recentemente no país (julho de 2007) para sondar as possibilidades do setor sucro-alcooleiro local.

Por ocasião da apresentação de cartas credenciais ao Rei Mswati III. em 16.2.2006, o monarca manifestou à Embaixadora Leda Lucia Camargo interesse em ampliar e fortalecer as relações com o Brasil, especialmente nas áreas de saúde (especialmente HIV/Aids, pois o país ostenta a maior taxa de prevalência em todo o mundo) e educação (bolsas de graduação). Na área do combate ao HIV/Aids, ainda em fevereiro, missão brasileira visitou Mbabane para verificar as possibilidades de cooperação nessa área, que lamentavelmente não puderam ter seguimento, por falta de capacidade disponível para atender às demandas. Por fim, no plano bilateral, cabe informar que três médicos brasileiros, que cursam o último ano de residência e que originalmente trabalhariam em Moçambique, foram deslocados em julho para a Suazilândia para apoiarem projetos de tratamento anti-retroviral operados pela Universidade de Colúmbia durante dois meses.

Por ocasião da entrega de credenciais do novo Embaixador da Suazilândia, em 17.5.2007, a seu pedido foi marcada entrevista no Ministério da Saúde, para discussão de possíveis iniciativas de cooperação. Cabe salientar que se encontra em apreciação pelo lado suazi a minuta de um acordo básico de cooperação técnica

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral é insignificante, tendo chegado a pouco mais de US\$ 780 mil em 2005. Tradicionalmente, a Suazilândia importa do Brasil motores e bombas, material elétrico, tubos de aço e artigos de borracha. Em 2006, contudo, as exportações foram concentradas em óleos essenciais (41,3%), pisos e azulejos cerâmicos (31%) e produtos alimentícios (26%). Os principais produtos importados são pastas de madeira ou outras resinas naturais, que representam mais de 95% das importações.

BALANÇA COMERCIAL

Intercâmbio Comercial (USD mil f.o.b.)	2002	2003	2004	2005	2006 (setembro)
Exportações brasileiras	356	399	285	475	216
Importações Brasileiras	88	294	289	312	181
Saldo	268	125	-5	163	35
Total do Comércio	444	693	574	787	397

Aviso nº 909 - C. Civil.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

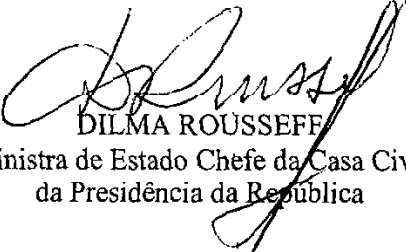
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 15/9/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:15186/2007)